



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
 Secretaria da Corregedoria Regional

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

ANO:	2018
-------------	-------------

CORREGEDOR:	DESEMBARGADOR PAULO PIMENTA
TIPO DE CORREIÇÃO:	ORDINÁRIA
MODALIDADE:	SEMIPRESENCIAL
UNIDADE CORRECIONADA	VARA DO TRABALHO DE LUZIÂNIA
DATA DE INSTALAÇÃO DA VT:	15/05/1992
JUIZ TITULAR:	ROSANA RABELLO PADOVANI MESSIAS
TITULAR DESDE:	18/01/2013
DATA DE INSTALAÇÃO PJE:	15/06/2012
PERÍODO CORRECIONADO:	01/06/2017 a 28/02/2018

EQUIPE CORRECIONAL	
SERVIDOR	FUNÇÃO
Marcelo Marques de Matos	Diretor de Secretaria da Corregedoria Regional
Alisson Moura Ludovice	Assistente
Ana Flávia de Paula Guimarães	Assistente
José Fernando Teixeira Mendes	Assistente
Kátia Maria Salgado do Nascimento	Assistente
Luana Carvalho Arantes	Assistente
Nádia Maria Lopes dos Santos	Assistente
Rodrigo Ribeiro de Camargo	Assistente

1 –DADOS ESTATÍSTICOS DA UNIDADE*

Item	MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL	2015	2016	2017	2018**
1	Processos recebidos na fase de conhecimento	2.279	2.977	2.186	340
2	Processos solucionados na fase de conhecimento, incluídos os conciliados	2.160	2.750	2.455	283
3	Produção	95%	92%	112%	83%
4	Processos finalizados na fase de conhecimento	2.066	2.557	2.224	503
5	Processos pendentes de solução, na fase de conhecimento	539	784	575	638
6	Processos pendentes de finalização, na fase de conhecimento	1.227	1.636	1.613	1.449
7	Taxa de congestionamento, na 18ª Região, na fase de conhecimento	29%	27%	22%	70%
8	Taxa de congestionamento, na unidade, na fase de conhecimento	19%	22%	17%	69%
9	Execuções iniciadas	543	531	635	213
10	Execuções encerradas	385	454	579	566
11	Execuções baixadas	380	447	631	523
12	Execuções pendentes de encerramento	754	829	1.528	1.040
13	Execuções pendentes de baixa	1.599	1.793	2.095	1.479
14	Execuções no arquivo provisório em 31/12	863	902	547	396
15	Taxa de congestionamento, na 18ª Região, na fase de execução	72%	73%	73%	94%
16	Taxa de congestionamento, na unidade, na fase de execução	81%	79%	76%	75%
17	Índice de conciliação da 18ª Região	40%	39%	41%	38%
18	Índice de conciliação da unidade	56%	36%	45%	49%

* Dados extraídos do Sistema e-Gestão.

** Dados do exercício 2018 referem-se aos meses de janeiro e fevereiro.

2 – ATIVIDADES DOS JUÍZES QUE ATUAM NA UNIDADE**2.1 – Juizes que atuam na unidade**

Juiz Titular	ROSANA RABELLO PADOVANI MESSIAS
---------------------	--

2.2 – Residência do Juiz Titular e Auxiliar fixo

O(A) Juiz(iza) Titular da Unidade, bem como o Auxiliar Fixo, se houver, residem nos limites territoriais de jurisdição da Vara (ou na Região Metropolitana)?	SIM	NÃO
	X	
Em caso de resposta negativa, qual o ato de autorização?		

2.3 – Assiduidade (dias da semana em que os juizes comparecem à Unidade)*

Juiz	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Titular		X	X	X	
Auxiliar fixo					

* Quadro preenchido segundo informação do Diretor de Secretaria.

2.4 – Audiências

2.4.1 – Quantidade média de dias por semana em que há audiências:	3
--	---

2.4.2 – Havendo Juiz Auxiliar na Unidade, as audiências são realizadas pelos Juizes Titular e Auxiliar em semanas alternadas?	SIM	NÃO
	-	-
Forma de revezamento:		

2.4.3 – Procedimento adotado em audiências (una ou fracionada):

Rito	Una	Fracionada
Sumaríssimo	X	
Ordinário		X

2.4.4 – Número de audiências realizadas:

Tipo de audiência	Média mensal
Audiências relativas a processos do rito Sumaríssimo	170
Audiências relativas a processos do rito Ordinário	145

* Dado fornecido pelo Sistema e-Gestão.

2.4.5 – Conciliações

Procedimento	SIM	NÃO
São incluídos em pauta processos na fase de execução para tentativa de acordo?	X	

2.5 – Despachos

Média mensal de despachos exarados	500
Processos aguardando despacho, nesta data, no prazo	18
Processos aguardando despacho, nesta data, fora do prazo	0

* Dado apurado em 12/03/2018.

2.6 – Prolação de sentenças

2.6.1 – Média mensal de sentenças publicadas no período correccionado	49
---	----

* Dado fornecido pelo Sistema e-Gestão.

2.6.2 – Prolação de sentenças líquidas

Juiz	SUM	ORD
Juiz Titular	-	-

2.6.3 – Número de processos pendentes aguardando julgamento

Tipo de decisão	Total	Fora do prazo
Sentença na fase de conhecimento	16	0
Sentença na fase executória	0	0
Embargos de declaração	8	0

2.6.4 – Processos aguardando julgamento, com prazo acima do limite legal (art. 226, III, do CPC)

Número único do processo	Data da Conclusão	Atraso em Dias	Juiz
TOTAL DE SENTENÇAS PENDENTES FORA DO PRAZO			0

3 – PRAZOS MÉDIOS DA UNIDADE***3.1 – Entrega da prestação jurisdicional**

Rito	Prazo médio	
	Na última visita correcional**	No período correcionado
Sumaríssimo (Art. 852-H, § 7º, da CLT – 30 dias)	72	44
Ordinário	188	161

3.2 – Prazo médio (em dias) para prolação de sentenças na fase de conhecimento

Rito	Prazo médio	
	Na última visita correcional**	No período correcionado
Sumaríssimo	3	4
Ordinário	11	7

3.3 – Prazo médio para prolação de sentenças da fase executória	Na última visita correcional**	No período correcionado
	1	1

3.4 – Prazo médio (em dias) para exarar despachos	Na última visita correcional**	No período correcionado
	2	1

3.5 – Prazos da Secretaria

Ato processual	Na última visita correcional**	No período correcionado
Cumprimento de despachos e outros atos judiciais	2	2
Atualização de cálculos	2	2
Cumprimento de diligências pelos oficiais de justiça	9	9

3.6 – Prazo médio para audiências (iniciais ou unas):

Rito	Prazo médio	
	Na última visita correcional **	No período correcionado
Sumaríssimo	46	31
Ordinário	81	99

* Dados fornecidos pelo Sistema e-Gestão.

* A última visita correcional foi realizada nos dias 12 e 13 de junho de 2017 e foram considerados os dados estatísticos do período compreendido entre 1º/09/2016 e 30/04/2017.

4 – SECRETARIA DA VARA DO TRABALHO**4.1 – Estrutura da Secretaria****4.1.1 – Quadro de Pessoal**

Nome	Função	Situação
João Paulo Brazil Silva	Diretor de Secretaria	Efetivo
Ana Carolina Rocha	Assistente de Juiz	Efetiva
Ana Carolina Rotta Pereira	Secretária de Audiências	Efetiva
Arleide Oliveira de Rivedo	Assistente II	Cedida Municipal
Daniel Fernandes Fronchetti		Efetivo
Débora Niquini da Costa		Efetiva
Leonardo de Paula Braga	Oficial de Justiça	Efetivo
Lidiane Castanheira Ramos	Assistente de Juiz	Efetiva
Luciana da Cunha Morales Araújo	Secretária de Audiências	Efetiva
Luzinete Abud do Nascimento	Assistente II	Cedida Municipal
Moema Moreira Ponde Lacerda		Efetiva
Morgana Alves Arraes Barbalho		Efetiva
Rene Gomes Pierote	Técnico de Segurança	Efetivo
Zélia Soares Botelho Meireles	Assistente de Diretor	Cedida Municipal
Guilherme Guimarães Sérgio e Medeiros		Estagiário
Tiago Pereira de Oliveira		Estagiário

4.1.2 – Recursos tecnológicos

Equipamento	Quantidade
Computadores	20
Notebooks	1
Impressoras	2
Multifuncionais	2
Fax	-
Digitalizadora	1
Leitores óticos	1

4.1.3 – Gestão ambiental

Ações de preservação e recuperação	Desenvolvidas
Conscientização quanto ao consumo racional de água, a fim de evitar desperdícios	X
Consumo racional de energia elétrica	X
Utilização do correio eletrônico, malote digital e mensagens instantâneas em softwares homologados pelo tribunal em substituição à correspondência impressa	X
Impressão de documentos utilizando, sempre que possível, a frente e o verso do papel	X
Aproveitamento de papel usado como rascunho	X
Utilização de copos/xícaras de vidro/louça (pelo público interno) em lugar dos descartáveis	X
Separação e coleta seletiva do lixo produzido pela Unidade	-
Plantio de árvores/arbustos e preservação dos recursos vegetais existentes	X

5 – PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELA UNIDADE

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
1	A Unidade realiza, no sistema PJe-JT, o lançamento correto dos movimentos, visando alimentar corretamente a ferramenta e-Gestão, como, por exemplo: solução, liquidação iniciada, liquidação encerrada, execução iniciada, execução encerrada, arquivamento provisório e arquivamento definitivo, de maneira a retratar com exatidão as informações relativas à unidade e aos magistrados, conforme, inclusive, o teor do Ofício Circular nº 05/2014/TRT18-SCR e o art. 49 do PGC? Em caso de não atendimento ou atendimento parcial, apresentar justificativa.	X		
2	A Unidade procede à correção/lançamento dos movimentos no sistema informatizado PJe-JT, conforme constatado nas correções permanentes realizadas no período correccionado?	X		
3	A Unidade confere os dados cadastrais preenchidos pelas partes no sistema PJe-JT, conforme disposto no artigo 19, parágrafo 3º da Resolução CSJT nº 185/2017?	X		
4	A Unidade procede à extinção do processo, sem resolução do mérito, em razão de divergência entre os dados informados pelo autor da ação no PJe-JT e a petição inicial, sem a prévia intimação da parte para manifestação (Resolução CSJT nº 185/2017)?		X	
5	A Secretaria da Vara procede ao lançamento, imediatamente após a ocorrência, dos valores de custas e recolhimentos fiscais e previdenciários, inclusive das custas recolhidas quando da interposição de recursos ordinários, bem como os valores pagos em acordo ou execução, nos termos do artigo 163 do PGC?	X		
6	É cumprido o procedimento regulamentado no Ofício Circular SCJ nº 83/2009, de 27/05/2009, quanto ao preenchimento e à juntada aos autos da certidão de verificação das condições de arquivamento (check list), indicando o prazo de guarda dos autos e possibilitando a futura eliminação dos autos sem a necessidade de nova conferência?	X		
7	A Unidade realiza a intimação do MPT da designação da audiência, bem como das sentenças prolatadas e acordos homologados, nas ações em que figuram como partes ou intervenientes pessoa idosa ou menor (artigo 346 do PGC)?		X	

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
8	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de decisão de admissibilidade que analisa de forma explícita os pressupostos recursais?	X		
9	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de termo de remessa, conforme disposto no artigo 128 do PGC?	X		
10	A Unidade possui Núcleo Permanente de Conciliação? Em caso afirmativo indicar o ato normativo que o instituiu.		X	
11	A Unidade aderiu ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania?		X	
12	Para qual mês a Unidade está marcando audiências iniciais e de instrução? Informar as datas conforme os ritos.	-	-	As audiências unas (SUM) estão sendo designadas para abril/18 e as audiências iniciais (ORD) para junho/2018. As audiências de instrução estão sendo marcadas para julho/2018, no rito ordinário.
13	A Unidade designa audiência de encerramento da instrução quando não houver mais provas a serem produzidas? (Provimento SCR nº 2/2016)		X	
14	Nos casos em que há celebração de acordo, o Juízo determina que os depósitos sejam realizados em conta judicial, conforme Recomendação TRT18ª SCR nº 1/2014 ?	X		
15	Nas sentenças e decisões homologatórias de acordo proferidas pelo Juízo estão consignadas as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade de entrega da GFIP, conforme disposto no artigo 81 do PGC?		X	
16	A Unidade adota o procedimento previsto no artigo 86, parágrafo 3º do PGC, no sentido de encaminhar à Procuradoria Federal em Goiás, e para o TST, por meio eletrônico, cópia da sentença que reconheça conduta culposa do empregador em acidente de trabalho, a fim de subsidiar eventual ajuizamento de ação regressiva?	X		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
17	A Secretaria da Vara expede, após o trânsito em julgado, os ofícios determinados nas sentenças? Em caso afirmativo, o envio é feito por mensagem eletrônica?	X		
18	A intimação do órgão representativo da União, relativamente aos acordos homologados, quando não dispensada nos termos do artigo 175 do PGC, são feitas após o vencimento da avença, conforme previsto no artigo 174 do mesmo diploma normativo?	X		
19	A Unidade obedece ao disposto no artigo 179 do PGC, no sentido de utilizar todos os meios à disposição do Juízo para a constrição de bens nas execuções de crédito previdenciário, cujo valor ultrapasse o piso estabelecido pela Portaria MPS nº 1293/2005 (R\$ 120,00)?	X		
20	A Secretaria da Vara, havendo depósito nos autos, procede ao recolhimento da contribuição previdenciária em guia GPS, preenchida com o código 2801 ou 2909, e intima a empresa para a apresentação da GFIP no prazo de 15 dias, sob pena de expedição do ofício à Secretaria da Receita Federal? (parágrafo 5º do artigo 177 do PGC).		X	
21	A Secretaria da Vara expede ofício à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova o envio da GFIP, conforme disposto no artigo 177, parágrafo 6º do PGC?	X		
22	O Juiz inclui em pauta os processos na fase de execução para tentativa de acordo, nos termos do artigo 1º, alínea “j” da Recomendação nº 2/2011 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho? (indicar no campo “observações” com qual frequência: semanal, quinzenal ou mensal)	X		
23	A Unidade procede à atualização dos cálculos, nos termos do artigo 154 do PGC?	X		
24	Nos casos em que a decisão for líquida ou quando o valor da conta for inequivocamente superior ao do depósito recursal, a Unidade procede à liberação do depósito recursal, independente de requerimento da parte, imediatamente após o trânsito em julgado da sentença, nos termos do artigo 195 do PGC?	X		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
25	O Juízo, de ofício, exaure todos os meios disponíveis para constrição dos bens do executado, previstos na Recomendação TRT 18ª SCR nº 01/2018 antes do arquivamento provisório dos autos (artigo 11-A, CLT) ?	X		
26	A Secretaria da Vara procede à intimação do credor com garantia real acerca da realização de praça de bem imóvel, conforme disposto no parágrafo único do artigo 207 do PGC?	X		
27	O Juízo aplica a prescrição intercorrente nas execuções decorrentes de créditos trabalhistas e previdenciários?	X		
28	No caso de execução de crédito trabalhista em que se tenha dado a decretação da falência do executado ou este se encontre em recuperação judicial, a vara do trabalho procede à expedição de certidão de crédito, nos termos do artigo 247 do PGC? A expedição da certidão de crédito importa no arquivamento provisório do processo, nos termos do artigo 246 do PGC?	X		
29	Nos editais de citação, das execuções fiscais, a Unidade inclui os números das Certidões de Dívida Ativa (CDA's), as datas de inscrição, além do prazo de 30 dias para publicidade, conforme o disposto no artigo 8º, IV, da Lei nº 6.830/80 e 183 do PGC?	X		
30	Todas as publicações referentes às ações de execução fiscal contêm os números das Certidões de Dívida Ativa (CDA's) relacionadas ao processo?	X		
31	A Unidade possui servidores atuando em regime de teletrabalho? Em caso afirmativo, indicar o nome de cada servidor, o ato normativo (Portaria) que o designou para trabalhar nesta situação, as atividades por ele desempenhadas e se está em estágio probatório. (RA nº 160/2016)			ANA CAROLINA ROCHA, Sisdoc 12023/2017; auxilia na confecção de minutas de sentenças e embargos, não está em estágio probatório; ARLEIDE OLIVEIRA DE RIVOREDO, Sisdoc 6236/2016, auxilia na confecção de documentos e minutas de despacho, não está em estágio probatório; LIDIANE CASTANHEIRA RAMOS, Sisdoc 6624/2016, auxilia na confecção de minutas de sentenças e embargos, não está em estágio probatório; MORGANA ALVES ARRAES BARBALHO, Sisdoc 19154/2015, auxilia na confecção de minutas de despachos, decisões e sentenças, não está em estágio probatório.
32	A Unidade procede, quando necessário, à alimentação do Sistema NUGEP, visando dar cumprimento às alterações promovidas pela Lei nº 13.015/2014 e pela Resolução nº 160 do Conselho Nacional de Justiça, nos termos Memorando-Circular TRT 18ª GP/SRR/NURER nº 006/2015.	X		

6 – CONVÊNIOS

6.1 – Convênios

CONVÊNIO	UTILIZA independentemente de solicitação da parte	UTILIZA mediante solicitação da parte	NÃO UTILIZA
BACENJUD/SABB	X		
RENAJUD/DETRANET	X		
INFOJUD	X		
CENTRAL NACIONAL DE INDISPONIBILIDADE-CNIB	X		
CONECTIVIDADE/CEF	X		
CONVÊNIO DE ACESSO AOS SALDOS E EXTRATOS DE CONTAS JUDICIAIS NA CEF	X		
CCS-CADASTRO DE CLIENTES DE SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	X		

6.2 – Utilização do sistema BACENJUD*

Comparação entre Varas do Trabalho do TRT18ª Região	SISTEMA BACENJUD 2.0 Quantidade de bloqueios comandados no período correccionado: Maio de 2017 a Fevereiro de 2018	
	Por número de protocolizações	Por número de réus/ executados
Grupo de 2001 a 2500 processos		
11ª VT DE GOIÂNIA	78927	180531
18ª VT DE GOIÂNIA	74276	163096
15ª VT DE GOIÂNIA	70391	132151
5ª VT DE GOIÂNIA	67360	190579
1ª VT DE GOIÂNIA	66513	178520
8ª VT DE GOIÂNIA	63873	136753
17ª VT DE GOIÂNIA	59195	150125
7ª VT DE GOIÂNIA	54562	152397
13ª VT DE GOIÂNIA	50553	192544
14ª VT DE GOIÂNIA	49303	137235
16ª VT DE GOIÂNIA	43215	109943
4ª VT DE GOIÂNIA	36885	62964
6ª VT DE GOIÂNIA	36365	91369
9ª VT DE GOIÂNIA	35637	81317
3ª VT DE GOIÂNIA	35234	67085
VT DE GOIANÉSIA	30067	55552
VT DE LUZIÂNIA	21967	76317
12ª VT DE GOIÂNIA	21175	50238
2ª VT DE GOIÂNIA	18211	37307
VT DE INHUMAS	15045	27274
VT DE GOIATUBA	9130	17561
10ª VT DE GOIÂNIA	1791	3101

* Dados extraídos do sistema BACENJUD 2.0/relatórios gerenciais, em 13/03/2018.

7 – RESULTADO DO TRABALHO DE INSPEÇÃO CORREICIONAL**7.1 – Cumprimento das recomendações constantes da ata de correção do exercício anterior**

Recomendação	Cumpriu?		Observações
	SIM	NÃO	
7.1.1 - Que o Juízo se abstenha de extinguir os processos sem resolução do mérito, quando houver divergência dos dados cadastrados no sistema de processo eletrônico (PJe) com aqueles informados na petição inicial, sem oportunizar à parte o fornecimento de elementos necessários à retificação, nos termos dos §§ 3º e 4º do artigo 19 da Resolução 185/2017 do CSJT, destacando-se que, por ora, o sistema PJe não permite que tal retificação seja feita pelo usuário externo, circunstância que exigirá a retificação, enquanto perdurar tal situação, pela Secretaria da Vara. O Desembargador-Corregedor constatou a extinção de processos, sem resolução de mérito, em decorrência do preenchimento incorreto de dados no sistema informatizado PJe, ainda na vigência do Provimento SCR/TRT18 N° 3/2016, conforme apurado no item 7.1 – 4 do Relatório de Correição.	X		

7.2 – Constações decorrentes da inspeção processual

Item	Constatações
1	Nos processos a seguir relacionados, ARQUIVADOS DEFINITIVAMENTE, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza o Check List elaborado pela Secretaria-Geral de Coordenação Judiciária para o arquivamento dos processos, certificando a inexistência de pendências e indicando o prazo de guarda dos autos, conforme tabela de temporalidade, cumprindo o disposto no artigo 336 do PGC (processos: RTOOrd-0012450-85.2016.5.18.0131; RTOOrd-0010272-32.2017.5.18.0131; RTOOrd-0010827-83.2016.5.18.0131; RTSum-0010799-81.2017.5.18.0131; RTSum-0010458-55.2017.5.18.0131; RTSum-0011067-38.2017.5.18.0131 e RTSum-0010039-35.2017.5.18.0131).
2	Nos processos a seguir relacionados, ARQUIVADOS DEFINITIVAMENTE, constatou-se que a Secretaria da Vara do Trabalho lança no sistema PJe os valores decorrentes da execução, relativos a crédito trabalhista, recolhimentos previdenciários, custas e/ou outros efetivados nos autos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTOOrd-0012450-85.2016.5.18.0131; RTOOrd-0010272-32.2017.5.18.0131; RTOOrd-0010827-83.2016.5.18.0131; RTSum-0010799-81.2017.5.18.0131; RTSum-0010458-55.2017.5.18.0131; RTSum-0010456-85.2017.5.18.0131; RTSum-0011067-38.2017.5.18.0131 e RTSum-0010039-35.2017.5.18.0131).
3	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Vara do Trabalho NÃO cumpre o disposto no artigo 81 do PGC, uma vez que NÃO constam das decisões condenatórias de pessoas jurídicas, com valores a serem recolhidos a título de contribuição previdenciária, orientações acerca das obrigações acessórias, inclusive da necessidade de entrega da GFIP. Observa-se, TODAVIA, que as decisões homologatórias de cálculo trazem as orientações atinentes às obrigações previdenciárias referentes ao dispositivo supracitado (processos: RTSum-0011149-69.2017.5.18.0131; RTOOrd-0010832-71.2017.5.18.0131; RTOOrd-0010337-27.2017.5.18.0131; RTOOrd-0010346-86.2017.5.18.0131; RTSum-0011154-91.2017.5.18.0131; RTSum-0011205-05.2017.5.18.0131 e RTOOrd-0010035-95.2017.5.18.0131).
4	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Secretaria da Vara certifica o trânsito em julgado das sentenças proferidas, cumprindo o disposto no artigo 97 do PGC (processos: RTSum-0011149-69.2017.5.18.0131; RTOOrd-0010832-71.2017.5.18.0131; RTOOrd-0010346-86.2017.5.18.0131; RTSum-0011154-91.2017.5.18.0131; RTSum-0011205-05.2017.5.18.0131 e RTOOrd-0010035-95.2017.5.18.0131).
5	Nos processos a seguir relacionados, constatou-se que, nos ACORDOS HOMOLOGADOS pela Vara do Trabalho, são cumpridas, PARCIALMENTE, as disposições do artigo 81 do PGC, porquanto as atas/decisões homologatórias contêm as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade da entrega da GFIP, nos termos do art. 177 do mesmo diploma normativo, ENTRETANTO, não há menção à advertência prevista no inciso II, do referido artigo (processos: RTSum-0010742-97.2016.5.18.0131; RTSum-0012510-92.2015.5.18.0131 e RTOOrd-0011313-68.2016.5.18.0131).
6	Nos processos a seguir relacionados, em que houve CONCILIAÇÃO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema PJe, os valores dos acordos pagos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTSum-0011350-61.2017.5.18.0131; RTOOrd-0010669-91.2017.5.18.0131; RTOOrd-0011400-87.2017.5.18.0131; RTSum-0011847-75.2017.5.18.0131; RTOOrd-0011897-04.2017.5.18.0131; RTOOrd-0010931-41.2017.5.18.0131; RTOOrd-0011313-68.2016.5.18.0131; RTSum-0010742-97.2016.5.18.0131 e RTSum-0012510-92.2015.5.18.0131).
7	Nos processos a seguir relacionados, em que houve CONCILIAÇÃO, constatou-se a utilização de conta judicial para pagamento dos acordos homologados, cumprindo o disposto na Recomendação TRT 18ª nº 1/2014 (processos: RTSum-0011350-61.2017.5.18.0131; RTOOrd-0010669-91.2017.5.18.0131; RTOOrd-0011400-87.2017.5.18.0131; RTSum-0011847-75.2017.5.18.0131; RTOOrd-0011897-04.2017.5.18.0131; RTOOrd-0010931-41.2017.5.18.0131; RTOOrd-0011313-68.2016.5.18.0131 e RTSum-0010742-97.2016.5.18.0131).
8	Analisado o relatório gerado pelo sistema SAOPJE, em 12/03/2018, constatou-se que não há número considerável de processos parados nas tarefas do sistema PJe que caracterize atraso na movimentação processual da unidade.

Item	Constatações
9	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao ARQUIVO PROVISÓRIO, constatou-se que a Vara do Trabalho, mediante decisão judicial, aplica a prescrição intercorrente ante a omissão do exequente em indicar meios para o prosseguimento da execução, nos termos do artigo 11-A, § 1º, da CLT (processos: RTSum-0010633-83.2016.5.18.0131; RTOOrd-0011830-10.2015.5.18.0131; RTSum-0010606-03.2016.5.18.0131; RTOOrd-0011737-13.2016.5.18.0131 e RTOOrd-0012380-68.2016.5.18.0131).
10	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao ARQUIVO PROVISÓRIO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente no sistema PJe o movimento "ARQUIVADOS OS AUTOS PROVISORIAMENTE" para controle do prazo da prescrição intercorrente (processos: RTSum-0010633-83.2016.5.18.0131; RTOOrd-0011830-10.2015.5.18.0131; RTSum-0010606-03.2016.5.18.0131; RTOOrd-0011737-13.2016.5.18.0131 e RTOOrd-0012380-68.2016.5.18.0131).
11	Nos processos a seguir relacionados, de EXECUÇÃO FISCAL, constatou-se que dos editais publicados pela Secretaria da Vara constam os números das respectivas CDA's, cumprindo o disposto no artigo 185 do PCG (processos: ExFis-0023900-06.2008.5.18.0131 e ExFis-0012132-05.2016.5.18.0131).
12	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO, constatou-se que a Secretaria da Vara expediu ofício à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova nos autos o envio da GFIP, cumprindo o disposto no parágrafo 6º do artigo 177 do PGC (processos: RTOOrd-0010226-43.2017.5.18.0131; RTOOrd-0012450-85.2016.5.18.0131; RTOOrd-0010827-83.2016.5.18.0131; RTSum-0010315-03.2016.5.18.0131 e RTSum-0013107-27.2016.5.18.0131).
13	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema PJe os valores referentes aos recolhimentos previdenciários e/ou às custas arrecadadas, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTOOrd-0012450-85.2016.5.18.0131; RTOOrd-0010827-83.2016.5.18.0131; RTSum-0010039-35.2017.5.18.0131; RTSum-0010315-03.2016.5.18.0131 e RTSum-0013107-27.2016.5.18.0131).
14	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO, constatou-se que a Vara do Trabalho NÃO adota o procedimento previsto no parágrafo 5º do artigo 177 do PGC, de intimar o reclamado, após o recolhimento da contribuição previdenciária em guia GPS, a comprovar o envio da respectiva GFIP, no prazo de 15 dias, sob pena de expedição do ofício previsto no parágrafo 6º do referido artigo (processos: RTOOrd-0012450-85.2016.5.18.0131; RTOOrd-0010827-83.2016.5.18.0131; RTSum-0010039-35.2017.5.18.0131; RTSum-0010315-03.2016.5.18.0131 e RTSum-0013107-27.2016.5.18.0131).
15	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO, constatou-se que a Secretaria da Vara, nos casos em que há depósito do valor da execução em conta judicial, recolhe a contribuição previdenciária em guia GPS com o código de pagamento 1708, em DESCONFORMIDADE com o procedimento previsto no parágrafo 5º do artigo 177 do PGC (processos: RTOOrd-0012450-85.2016.5.18.0131; RTSum-0010039-35.2017.5.18.0131; RTSum-0010315-03.2016.5.18.0131 e RTSum-0013107-27.2016.5.18.0131).
16	Nos processos a seguir relacionados, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente no sistema informatizado PJe os movimentos referentes ao início e fim da execução, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTOOrd-0013078-74.2016.5.18.0131; RTSum-0011712-63.2017.5.18.0131 e RTOOrd-0012098-30.2016.5.18.0131).
17	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza os convênios BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e CNIB, independentemente de requerimento da parte, além de outros meios de se encontrar bens do executado antes do arquivamento provisório dos autos (artigo 11-A da CLT), como, por exemplo, a expedição de mandado de penhora e avaliação, CUMPRINDO, assim, o disposto na Recomendação nº 2/2011 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (processos: RTOOrd-0012380-68.2016.5.18.0131; RTSum-0012247-60.2015.5.18.0131; RTOOrd-0011830-10.2015.5.18.0131 e RTOOrd-0011860-11.2016.5.18.0131).

Item	Constatações
18	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho libera o valor do depósito recursal imediatamente após o trânsito em julgado da sentença, cumprindo o disposto no artigo 195 do PGC (processos: RTOrd-0010943-89.2016.5.18.0131 e RTOrd-0012249-30.2015.5.18.0131).
19	Nos processos apurados por amostragem a seguir relacionados, em que figuram como partes ou intervenientes menores ou idosos, constatou-se que a Vara do Trabalho NÃO intima o Ministério Público do Trabalho das audiências iniciais designadas e/ou das sentenças proferidas/dos acordos homologados, descumprindo o disposto no artigo 346 do PGC (processos: RTSum-0011216-34.2017.5.18.0131; RTSum-0010012-18.2018.5.18.0131; RTSum-0011538-54.2017.5.18.0131 e RTSum-0010967-83.2017.5.18.0131).
20	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema PJe o valor das custas arrecadadas nos recursos ordinários interpostos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTOrd-0010185-76.2017.5.18.0131; RTOrd-0011896-53.2016.5.18.0131; RTOrd-0010187-46.2017.5.18.0131; RTOrd-0010889-89.2017.5.18.0131 e RTSum-0010800-66.2017.5.18.0131).
21	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema PJe, o movimento de recebimento do recurso, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTOrd-0010185-76.2017.5.18.0131; RTOrd-0011896-53.2016.5.18.0131; RTOrd-0010187-46.2017.5.18.0131; RTOrd-0010889-89.2017.5.18.0131; RTSum-0010800-66.2017.5.18.0131 e RTOrd-0012506-21.2016.5.18.0131).
22	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que o Juiz analisa os pressupostos recursais, admitindo os recursos de forma explícita, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos ao Tribunal (processos: RTOrd-0010185-76.2017.5.18.0131; RTOrd-0011896-53.2016.5.18.0131; RTOrd-0010187-46.2017.5.18.0131; RTOrd-0010889-89.2017.5.18.0131; RTSum-0010800-66.2017.5.18.0131 e RTOrd-0012506-21.2016.5.18.0131).
23	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Vara do Trabalho faz termo de remessa, indica o rito adotado e o nome do Juiz prolator da decisão, e por fim, certifica os feriados corretamente, nos casos de envio dos autos ao Tribunal para apreciação de recursos, cumprindo o disposto no artigo 128 do PGC (processos: RTOrd-0010185-76.2017.5.18.0131; RTOrd-0011896-53.2016.5.18.0131; RTOrd-0010187-46.2017.5.18.0131; RTOrd-0010889-89.2017.5.18.0131; RTSum-0010800-66.2017.5.18.0131 e RTOrd-0012506-21.2016.5.18.0131).
24	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que o Juiz analisa os pressupostos recursais, admitindo o recebimento dos recursos de forma explícita, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos ao Tribunal (processos: RTOrd-0011852-05.2014.5.18.0131; Pet-0011181-79.2014.5.18.0131 e RTOrd-0011298-70.2014.5.18.0131).
25	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema PJe, o movimento de recebimento do recurso, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTOrd-0011852-05.2014.5.18.0131; Pet-0011181-79.2014.5.18.0131 e RTOrd-0011298-70.2014.5.18.0131).
26	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que a Vara do Trabalho faz termo de remessa, indica o rito adotado e o nome do Juiz prolator da decisão, e por fim, relaciona os feriados corretamente, nos casos de envio dos autos ao Tribunal para apreciação de recursos, cumprindo o disposto no artigo 128 do PGC (processos: RTOrd-0011852-05.2014.5.18.0131 e RTOrd-0011298-70.2014.5.18.0131).
27	Analizadas as pautas de audiências do período compreendido entre 07/11/2017 e 09/03/2018, constatou-se que: (1º) o atraso médio para início das audiências é de 3 (três) minutos e (2º) em média, são incluídos diariamente, na pauta de audiências, 29 (vinte e nove) processos.
28	Analizadas as pautas de audiências do período compreendido entre 07/11/2017 e 09/03/2018, constatou-se que, via de regra, as audiências são realizadas de terça a quinta-feira.
29	Analizados, em 13/03/2018, os processos a seguir relacionados, tomados por amostragem, constatou-se o prazo médio de 01 (um) dia útil para solução de incidentes na fase de execução (processos: 10015-41.2016.5.18.131, 11257-35.2016.5.18.131, 11336-19.2013.5.18.131, 11505-98.2016.5.18.131, 10055-28.2013.5.18.131, 12438-8.2015.5.18.131, 12319-13.2016.5.18.131, 12440-75.2015.5.18.131, 12929-78.2016.5.18.131 e 11166-76.2015.5.18.131).